

Juliana Teixeira

Universidade Federal do

Piauí – UFPI

E-mail:

teixeira.juliana.rj@gmail.com**Cristiane Portela**

Universidade Federal do

Piauí – UFPI

E-mail:

crisportela14@yahoo.com**Marta Alencar**

Universidade do Vale do Rio

dos Sinos – Unisinos

E-mail:

martaalencarpi@outlook.com

Este trabalho está licenciado sob
uma licença [Creative Commons
Attribution 4.0 International
License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Copyright (©):

Aos autores pertence o direito
exclusivo de utilização ou
reprodução

ISSN: 2175-8689

Letramento midiático em desertos de notícias: manual de checagem contra desinformação em Itaueira (PI)

*Media literacy in news deserts:
manual for checking against
misinformation in Itaueira (PI)*

*Alfabetización mediática en los
desiertos informativos:
manual para la verificación de
desinformación en Itaueira (PI)*

Teixeira, J. F., Portela de Carvalho, C., & Alencar Cosme, M. T.
Letramento midiático em desertos de notícias: aplicação de
um manual de checagem no combate à desinformação em
Itaueira (PI). *Revista Eco-Pós*, 28(1), 306–331.
<https://doi.org/10.29146/eco-ps.v28i1.28441>

RESUMO

O Nordeste é a região com o maior número de desertos de notícias no Brasil, com o Piauí e do Rio Grande do Norte liderando em municípios classificados como vazios noticiosos. A ausência dessa cobertura local favorece a (re)circulação de conteúdos não verificados, tornando iniciativas como a COAR Notícias (de fact-checking de incentivo ao letramento midiático) necessárias e urgentes. Este artigo objetiva aplicar o Arriégua: Manual de Checagem Nordestina em salas de aula da cidade de Itauera (Piauí), categorizada como um deserto de notícias. Para tanto, foi realizado um estudo deste caso a partir de uma pesquisa *survey* com 53 estudantes e professores deste município. O estudo revelou que quase metade não possui o letramento necessário para compreender o processo de produção da notícia, a importância de ferramentas acessíveis de checagem, sobretudo em coberturas locais.

PALAVRAS-CHAVE: *Desinformação; Fact-checking; Desertos de notícias; Jornalismo local; Nordeste.*

ABSTRACT

The Northeast is the region with the highest number of news deserts in Brazil, with Piauí and Rio Grande do Norte leading in municipalities classified as news voids. The lack of local coverage encourages the (re)circulation of unverified content, making initiatives such as COAR Notícias (a fact-checking platform that promotes media literacy) necessary and urgent. This article aims to apply the Arriégua: Manual de Checagem Nordestina in classrooms in Itauera (Piauí), a municipality categorized as a news desert. To this end, a case study was conducted through a survey with 53 students and teachers from this municipality. The study revealed that almost half of the respondents lack the necessary literacy to understand the news production process and the importance of accessible fact-checking tools, especially in local news coverage.

KEYWORDS: *Disinformation; Fact-checking; News deserts; Local journalism; Northeast.*

RESUMEN

El Nordeste es la región con el mayor número de desiertos de noticias en Brasil, con Piauí y Rio Grande do Norte liderando en municipios clasificados como vacíos informativos. La falta de cobertura local favorece la (re)circulación de contenidos no verificados, lo que hace que iniciativas como COAR Notícias (una plataforma de fact-checking que promueve la alfabetización mediática) sean necesarias y urgentes. Este artículo tiene como objetivo aplicar el Arriégua: Manual de Checagem Nordestina en aulas de la ciudad de Itauera (Piauí), un municipio categorizado como desierto de noticias. Para ello, se realizó un estudio de caso a partir de una encuesta con 53 estudiantes y profesores de este municipio. El estudio reveló que casi la mitad de los encuestados carece de la alfabetización necesaria para comprender el proceso de producción de noticias y la importancia de herramientas accesibles de verificación, especialmente en coberturas locales.

PALABRAS CLAVE: *Desinformación; Fact-checking; Desiertos informativos; Periodismo local; Nordeste.*

Submetido em 27 de fevereiro de 2025.

Aceito em 15 de maio de 2025.

Introdução

O mapeamento de 2023 do Atlas da Notícia, reconhecido como o censo midiático do jornalismo local no Brasil (Projor, 2023), aponta que o Nordeste concentra o maior número de desertos informativos do país, representando 56,74% dos municípios. Os estados do Piauí e do Rio Grande do Norte apresentam os índices mais elevados, com mais de 76% de suas cidades classificadas como vazios noticiosos (Correia, 2023). Nessa região, os poucos meios de comunicação existentes frequentemente se tornam a única fonte de informação para comunidades interioranas (Moreira; Del Bianco; Martins, 2021).

A ausência de cobertura jornalística local favorece a circulação e (re)circulação de conteúdos não verificados por profissionais da área. Nesse cenário, boatos políticos se espalham com mais rapidez do que as próprias notícias verificadas. Outro fator preocupante é a atuação de jornalistas e blogueiros do interior como assessores em prefeituras (Alencar; Aquino, 2023). Sob essa perspectiva, a cobertura dos acontecimentos locais tende a ser tendenciosa, alinhada aos interesses do poder municipal, em detrimento das necessidades da população.

A falta de informações locais devidamente apuradas contribui para a formação de um ecossistema de desordem informacional (Wardle, 2020) ou cacofonia informativa (Castilho, 2021). Segundo Christofolletti (2019), cabe aos jornalistas não apenas reagir à desinformação—por meio de iniciativas como o fact-checking—mas também atuar na educação do público, capacitando-o a distinguir conteúdos confiáveis de informações manipuladas.

Coutinho, Moreira e Franco (2022) destacam que o conceito de desertos de notícias foi desenvolvido em 2016 pela pesquisadora Penelope Abernathy, no Centro de Inovação e Sustentabilidade de Mídia Local da Escola de Mídia e Jornalismo da Universidade da Carolina do Norte. No entanto, os autores refletem sobre as formas de aplicação desse conceito em produções acadêmicas e apontam adaptações necessárias para o contexto midiático brasileiro.

Os autores observam que o conceito de deserto de notícias é relativamente recente e ainda pouco explorado no Brasil. Passou a ser utilizado a partir de 2017, por meio do Atlas da Notícia, iniciativa desenvolvida pelo Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (Projor) em parceria com o Volt Data Lab, agência especializada em jornalismo investigativo, análise e visualização de dados.

“O Atlas da Notícia tem papel importante na divulgação do termo, já que não foi identificada qualquer produção no país antes do seu uso, que por isso mesmo é a referência brasileira em todos os textos” (Coutinho; Moreira, Franco, 2022, p. 73).

Um relatório de 2018 do Atlas da Notícia define os desertos de notícias como municípios sem veículos jornalísticos, ou seja, sem cobertura significativa da imprensa (Projor, 2018). Já os quase desertos são localidades que possuem apenas um ou dois veículos jornalísticos, estando em risco de se tornarem desertos de notícias. Além do Atlas da Notícia, outros pesquisadores também exploram esse conceito no Brasil (Deolindo, 2013; Javorski; Bargas, 2020).

Com base no contexto brasileiro, Medeiros (2020) aponta que os vazios noticiosos privam a população local de ter informações sobre a própria realidade, além de afetar “[...] na manutenção de identidades culturais locais, representando uma ameaça à democracia em meio à crise de credibilidade midiática que vem sendo amplificada pela emergência das fake news” (Medeiros, 2020, p. 374). Diante desse cenário, observa-se que o declínio ou fechamento dos meios locais no Brasil, especialmente no Nordeste (foco desta pesquisa), torna as comunidades mais vulneráveis. Com menos veículos jornalísticos disponíveis, a população tende a recorrer às redes digitais como principal fonte de informação, um ambiente onde a desinformação se prolifera e circula com facilidade.

Na região, a cidade de Itauera possui uma população de aproximadamente 10.323 (dez mil e trezentos e vinte e três) pessoas, conforme o Censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No ranking populacional dos municípios, Itauera ocupa a 56ª posição no estado, a 1.130ª na região Nordeste e a 2.985ª no Brasil. A concentração de renda entre as classes econômicas na cidade é considerada baixa, ficando abaixo da média estadual no Piauí. As três atividades que mais empregam em Itauera são: administração pública em geral (391 trabalhadores), apoio à gestão de saúde (174) e transporte rodoviário interestadual (29).

Conforme elencado pela última edição do Atlas da Notícia, lançado em 2023, o município Itauera, no Piauí, é classificado como um deserto de notícias, ou seja, não há qualquer veículo de comunicação encontrado pelos representantes do censo midiático local (Projor, 2023). No entanto, esta pesquisa identificou que a cidade de Itauera possui um canal no YouTube de

notícias, criado e mantido por Marcos Pereira de Carvalho, produtor, professor e locutor, mas sem qualquer formação jornalística.

Convém ressaltar que o único veículo de comunicação em Itaqueira, o programa no YouTube *Itaqueira em Foco*, transmitido pela TV WEB Vale das Águas, informa sobre alguns acontecimentos locais, mas sem uma apuração jornalística aprofundada sobre a cobertura política. Além disso, seu proprietário candidatou-se ao cargo de vereador pelo Partido Verde nas eleições municipais de 2024, porém não foi eleito pela população.

É relevante destacar que, em 3 de julho de 2024, Marcos Pereira de Carvalho realizou uma transmissão ao vivo em seu canal para anunciar sua candidatura. O programa teve duração superior a 1 hora e 30 minutos, marcando o momento em que o proprietário revelou publicamente, pela primeira vez, sua intenção de concorrer às eleições municipais. Peruzzo (2005) destaca as tendências partidárias e distorções existentes em veículos locais, geralmente com interesses político-partidários e econômicos, partindo até mesmo dos proprietários como o caso de Itaqueira, que tendem a comprometer a informação de qualidade. “É comum a existência de tratamento tendencioso da informação e até a omissão de fatos, em decorrência de ligações políticas com os detentores do poder local e dos interesses econômicos de donos da mídia” (Peruzzo, 2005, p. 78).

Após tais leituras, o presente trabalho segue para a realização de entrevistas estruturadas (Lakatos; Marconi, 2003), guiadas por um roteiro prévio, disponibilizado no Formulário do Google e distribuídas presencialmente para alunos e professores do Centro Estadual de Tempo Integral (Ceti) Monsenhor Uchôa, localizado em Itaqueira.

1. Contextualizando

A investigação objetiva analisar a percepção da comunidade escolar sobre o *Arriégua: manual de checagem nordestina*, produzido pela COAR Notícias (iniciativa nordestina de fact-checking que atua com letramento midiático em desertos de notícias) e lançado em fevereiro de 2024. O artigo destaca, portanto, a percepção dos estudantes e professores da comunidade escolar investigada sobre esse material, que visa combater a desinformação local, bem como compreender o entendimento dos alunos e professores sobre o que é checagem.

A Figura 1 ilustra o momento da entrega do *Manual Arriégua* à comunidade escolar e a aplicação do questionário online, etapa fundamental para a investigação da percepção dos participantes sobre o conteúdo do material. Por meio dessa ação, os pesquisadores puderam analisar como os estudantes e professores compreendem a importância da checagem de fatos e o impacto da iniciativa no ambiente escolar.

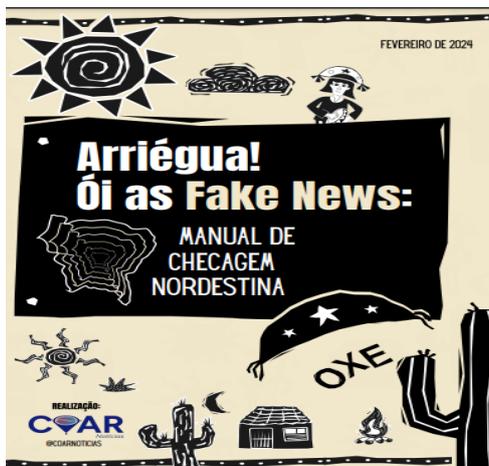
Figura 1 - Entrega do Manual Arriégua e aplicação do questionário on-line



Fonte: Registro da autoras.

Já a Figura 2 apresenta a capa do manual, que sintetiza sua identidade visual e reforça sua proposta de comunicação acessível e contextualizada à realidade nordestina. O design e a linguagem do material foram pensados para aproximar os leitores do tema da checagem de informações, tornando o aprendizado mais dinâmico e significativo para o público-alvo.

Figura 2 - Capa do Manual Arriégua



Fonte: COAR Notícias¹

Com a emergência e popularização das tecnologias digitais de comunicação, as estruturas e características adotadas para produzir, circular e consumir conteúdos informativos se tornam cada vez menos definidas, já que as mudanças sofridas nas formas de comunicar nos últimos anos resultam não apenas de adventos tecnológicos, mas também — e talvez principalmente — de uma nova teia de relações culturais, sociais, econômicas e políticas (Jenkins, 2008; Valentini, 2012; Lopes; Gómez, 2014). As linguagens também vêm sendo amplamente alteradas, exigindo crescentes esforços dos comunicadores, em especial dos jornalistas, para que alcancem o público (Salaverría, 2005, 2014; Noci, 2011), principalmente quando consideramos que, apesar dos avanços, existem vários fatores que contribuem para a exclusão digital: “termo que se convencionou utilizar para tratar do acesso desigual às tecnologias de informação e comunicação” (Savazoni, 2015, p. 185).

Antes de discutir tais fatores, é pertinente conceituar e caracterizar o termo exclusão digital, pois, além de abrangente, é uma expressão complexa, que requer um entendimento mais apropriado de suas especificidades. Silveira (2008) afirma que o termo exclusão digital “identifica o fenômeno do bloqueio econômico e infraestrutural que impede os *segmentos mais pauperizados* de acessarem as redes informacionais [...] um processo excludente que não permite

¹ Arriégua. Manual de Checagem Nordestina. Disponível em: <https://coarnoticias.com.br/wp-content/uploads/2024/08/Arriégua-Oi-as-fake-news-manual-de-checagem-nordestina-1-1.pdf>. Acesso em: 16 out. 2024.

que cidadãos tenham o mais elementar e básico contato com as redes digitais” (Silveira, 2008, p. 55, grifos nossos).

Como adverte Gomes (2023), o primeiro desafio enfrentado por esses “segmentos mais pauperizados”, portanto, é a questão do acesso às ferramentas (celular, tablet ou computador) que possibilitem adentrar e experienciar o mundo digital. Enquanto, o segundo grande desafio diz respeito a estar conectado à internet.

Planos de acesso custam dinheiro, o que inviabiliza a fruição dos benefícios do mundo virtual por parcela da população. Esses são os primeiros desafios que precisam ser superados. [...] Sem esses requisitos mínimos, qualquer tentativa de inserção na sociedade da informação será frustrada (Gomes, 2023, p. 341).

Para Barbosa Filho e Castro (2005), “o vasto universo de pessoas que não tem acesso aos computadores, aos provedores de conteúdo, às informações e conhecimentos disponíveis na rede é comumente chamado de *excluídos digitais*” (Barbosa Filho; Castro, 2005, p. 276, grifos nossos). Os autores também destacam uma ampla variedade de termos utilizados para definir pessoas que não têm acesso ou ainda não aprenderam a utilizar as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), como *apartheid digital*, *digital gap*, *digital divide* e *brecha digital*, entre outros. Barbosa Filho e Castro (2005) alertam que, frequentemente, o termo *analfabetismo digital* é empregado como sinônimo de *exclusão digital*. No entanto, eles argumentam que os dois conceitos não são equivalentes, pois:

pensar em inclusão digital vai muito mais além de saber utilizar as novas tecnologias. A inclusão passa pela capacitação dos atores sociais para o *exercício ativo da cidadania*, através do aprendizado tecnológico, do uso dos equipamentos, assim como pela produção de conteúdo e de conhecimentos gerados dentro da realidade de cada grupo social envolvido (Barbosa Filho; Castro, 2005, p. 276, grifos nossos).

No caso do Brasil, um país de dimensões continentais e com acirradas desigualdades sociais, a inclusão social e o exercício efetivo da cidadania, por meio do acesso às tecnologias, tornam-se ainda mais comprometidos. Afinal, as expressivas diferenças sociais em um país tão grande afetam o acesso de determinadas partes de sua população, as quais seguem, em tempos em que se fala em 5G e Inteligência Artificial (IA), totalmente alheios ao simples uso da internet,

seja por falta de um dispositivo de acesso (celular ou computador, por exemplo), seja por falta de conhecimento sobre o seu uso. Segundo Gomes (2023), "trata-se de um grupo que, a cada dia, tem seus direitos humanos e fundamentais atingidos pelo crescimento da internet e migração de uma série de utilidades sociais para ela" (Gomes, 2023, p. 338). Como atividades bancárias e previdenciárias, apenas para citar dois exemplos.

Dentre os diversos fatores que contribuem para a exclusão digital, destacam-se, sobretudo, as questões econômicas e educacionais. No âmbito econômico, a desigualdade social é um elemento determinante no binômio inclusão versus exclusão digital. Indivíduos com maior poder aquisitivo conseguem pagar por um acesso à internet de qualidade, enquanto aqueles com menor renda enfrentam dificuldades para usufruir de uma conexão estável, o que compromete sua conectividade e participação no ambiente digital.

Na esfera educacional, os indivíduos com menos escolaridade tendem a não possuir habilidades e competências suficientes para lidar com as inúmeras inovações tecnológicas, o que pode atrapalhar o uso das funcionalidades ofertadas pela rede.

No contexto educacional, indivíduos com menor escolaridade frequentemente enfrentam dificuldades para desenvolver habilidades e competências necessárias à adaptação às constantes inovações tecnológicas. Essa limitação pode comprometer o uso eficiente das funcionalidades disponíveis na rede, dificultando sua inclusão digital e acesso à informação. Para Gomes (2023), "não basta ter acesso à ferramenta tecnológica, é preciso saber manipulá-la [...] Analfabetos e pessoas que nunca tiveram contato com a tecnologia dificilmente conseguirão ser inseridas no ambiente virtual sem adequado treinamento" (Gomes, 2023, p. 342).

A inclusão digital de todos os indivíduos, sem distinção, só será viabilizada quando — e se — os desafios existentes forem superados. O caminho é longo e repleto de obstáculos, exigindo esforços contínuos. Nesse contexto, as políticas públicas de inclusão digital desempenham um papel fundamental na mitigação da exclusão social e, conseqüentemente, da exclusão digital.

Como qualquer política pública, as políticas de inclusão digital se submetem a um ciclo que envolve a formação da agenda, a formulação da política, a tomada de decisão, a implementação e a avaliação. Esta última é de fundamental

importância por ser um mecanismo de boa governança, essencial para eventuais aprimoramentos das políticas já implementadas (Gomes, 2023, p. 341).

Quando bem executadas, as políticas públicas conseguem minimizar, sobretudo, os problemas econômicos e educacionais que alargam o abismo entre excluídos e incluídos digitalmente, fazendo com que os indivíduos à margem do processo fiquem mais aptos a uma inserção digital que não seja apenas distribuidora de acesso às tecnologias atuais, mas possibilitando, sobretudo, que tais indivíduos façam bom uso desse acesso, entendendo e questionando criticamente a realidade à sua volta, buscando seus direitos, fazendo bom uso de informações confiáveis e atuando com autonomia e consciência perante as redes digitais. É inequívoca, portanto, a importância da educação no enfrentamento à exclusão digital e a todas as consequências geradas por ela.

Barbosa Filho e Castro (2005) comungam do pensamento de Gomes (2023) e acrescentam ainda que, considerando o contexto do Brasil, todos os passos essenciais nos projetos de inclusão digital devem estar diretamente relacionados com o desenvolvimento socioeconômico, com a independência tecnológica do País e com o estímulo à produção tecnológica baseada em produtos brasileiros. Assim, em uma sociedade cada vez mais tecnológica, “a tendência é que o exercício da cidadania se torne cada vez mais ligado à rede e às novas tecnologias. Aos poucos vai se criando a noção de *cidadania digital*, ainda em construção” (Gomes, 2023, p. 346, grifos nossos). A referida autora acredita que uma inclusão digital efetiva conduz à construção da cidadania digital, mas depende de muita educação e treinamento.

É pertinente ressaltar que, embora a ampliação do acesso à internet seja um passo fundamental, ela por si só não soluciona todos os desafios da exclusão digital. Esse é apenas o primeiro estágio de um processo mais amplo e complexo. Além disso, há fenômenos preocupantes nesse cenário, como a mesinformação, que ocorre quando conteúdos falsos são compartilhados por indivíduos que não têm consciência de sua veracidade, e a má informação, em que conteúdos verdadeiros são retirados de contexto, comprometendo a compreensão dos fatos e distorcendo a realidade (Wardle; Darakshan, 2017). Dessa forma, mesmo entre aqueles que já utilizam a internet, ainda há obstáculos significativos a serem superados, conforme aponta Gomes (2023). “Enquanto aqueles que usam a internet foram incapazes de desconfiar de *fake*

news, de entender que o *bullying* virtual e o discurso de ódio [...] são crimes, de proteger seus dados, de evitar golpes virtuais, o processo de inclusão digital não será satisfatório” (Gomes, 2023, p. 347). O cenário é desafiador, mas não impossível de ser atingido, sobretudo quando se considera a importância literacia midiática nas escolas brasileiras.

2. Letramento midiático x acesso à informação

Os impactos da desinformação, nesse contexto, vão além da simples confusão entre o que é verdadeiro ou falso, pois afetam diretamente a conduta das pessoas. Isso tem se manifestado, por exemplo, na crescente polarização política e no ressurgimento de discursos extremistas, como homofobia, transfobia, misoginia, racismo, antissemitismo e islamofobia. Além disso, a disseminação de informações falsas também contribuiu para o fortalecimento do movimento antivacinação, especialmente durante a pandemia da Covid-19, que assolou o mundo. Esses fenômenos evidenciam como a desinformação pode ter consequências profundas na sociedade, influenciando comportamentos e decisões coletivas (Gruszynski; Kalsing; Howell; Brandão, 2020).

A ideia de *fake news*, originalmente associada à divulgação intencional de informações falsas por meios de comunicação ou na internet, tem sido cada vez mais apropriada para classificar notícias que simplesmente desagradam determinados grupos ou indivíduos, especialmente no contexto político (Zhou; Zafarani, 2020). Essa estratégia tem sido usada com frequência por figuras como Donald Trump e Jair Bolsonaro, visando deslegitimar informações que os contradizem ou os desfavorecem politicamente. Com isso, buscam minar a credibilidade de veículos jornalísticos tradicionais, tanto no Brasil quanto no mundo, como *The New York Times*, *Washington Post*, *Rede Globo* e *Folha de S. Paulo*, entre outros (Bennett; Livingston, 2018).

Para alguns pesquisadores (Benkler; Faris; Roberts, 2018; Wardle; Derakhshan, 2017), é essencial revisar o uso desse conceito, uma vez que ele foi desvirtuado e perdeu seu significado original devido à forma como é empregado. O uso indiscriminado da expressão *fake news* pode comprometer a democracia, permitindo que políticos sintam-se legitimados a reprimir ou contornar a liberdade de imprensa — como já tentado por Trump e Bolsonaro em algumas

ocasiões. Esse cenário revela um fenômeno complexo de *poluição da informação* (Wardle, 2020), no qual a manipulação do discurso e a desinformação podem impactar ainda mais severamente os desertos de notícias, aprofundando desigualdades no acesso aos conteúdos verificados e confiáveis.

Apesar da expansão da internet, conforme discutido anteriormente, ainda existem regiões com acesso limitado à rede e baixos níveis de letramento midiático, tornando-se mais vulneráveis à desinformação. Por outro lado, mesmo em locais com ampla conectividade e cobertura jornalística de qualidade, observa-se um paradoxo comunicacional: em vez de buscar informações em veículos jornalísticos tradicionais, uma parcela da população tende a se informar e confiar mais em grupos e comunidades de aplicativos de mensagens instantâneas e outros canais digitais. Esses espaços geralmente reúnem pessoas que compartilham os mesmos pensamentos, ideais e valores, reforçando discursos homogêneos e, muitas vezes, dificultando o acesso a uma informação mais plural e verificável.

Os desertos noticiosos, por sua vez, estão distribuídos de forma desigual ao redor do mundo, refletindo a ausência de acesso a notícias e informações críticas. Esse fenômeno global apresenta particularidades locais, como destaca Abernathy (2023), ao enfatizar a necessidade de pesquisas que identifiquem as comunidades mais vulneráveis devido à inexistência de fornecedores de notícias locais. Além disso, é fundamental elaborar modelos de negócios sustentáveis para garantir a viabilidade de organizações jornalísticas, tanto nos contextos de cobertura atual quanto nos desertos noticiosos.

Dados recentes do Cetic.Br (2023) revelam que as regiões mais afetadas pela falta de acesso à internet em domicílios são o Norte, que apresenta o maior percentual de domicílios sem conexão (39%), seguido pelo Nordeste (34,3%), Sudeste (33%), Sul (31,2%) e Centro-Oeste (30,2%). Além disso, a disponibilidade de internet no Norte é significativamente menor devido a diversos fatores, incluindo barreiras econômicas e questões sociais. Por outro lado, a região Sul apresenta a maior proporção de domicílios conectados (49,3%), impulsionada pela presença de computadores e infraestrutura tecnológica mais consolidada.

Dados do Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2023) evidenciam que a Região Norte apresenta crescimento populacional abaixo da média nacional. Com um contingente de 17,3

milhões de habitantes, a região representa apenas 8,5% da população total do país. Enquanto *O Mapa da Riqueza no Brasil*, vinculado à Fundação Getúlio Vargas Social, coordenado pelo economista Marcelo Neri, mostra que as regiões Norte e Nordeste enfrentam os piores casos de privação econômica (FGV Social, 2023).

Nos rankings estaduais (FGV Social, 2023), o Maranhão se destaca como o estado com a menor renda média mensal da população, registrando apenas R\$ 409, enquanto a média nacional é de R\$ 1.310. Por outro lado, os estados com as maiores rendas médias são: Brasília (R\$ 3.148), São Paulo (R\$ 2.063) e Rio de Janeiro (R\$ 1.754). Já entre aqueles com menores rendas, destacam-se Pará (R\$ 507), Alagoas (R\$ 552), Piauí (R\$ 554) e Ceará (R\$ 583). No entanto, antes de qualquer conclusão, é fundamental compreender alguns índices relacionados à oferta ou ausência de jornalismo local nessas regiões, uma vez que o acesso à informação pode ser influenciado por fatores socioeconômicos e estruturais

O relatório especial *Construir caminhos, pactuando novos horizontes*, lançado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) em maio de 2024, apresenta um panorama detalhado sobre o Índice de Desenvolvimento Humano por Município (IDHM) no Brasil. Segundo o levantamento, os estados com os maiores índices de desenvolvimento humano são São Paulo (0,806), Santa Catarina (0,762), Minas Gerais (0,774), Espírito Santo (0,771) e Rio Grande do Sul (0,771). Esses estados se destacam por fatores como acesso à educação, qualidade de vida e infraestrutura.

Enquanto isso, o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud, 2024) destaca que os estados do Norte e Nordeste apresentam os menores índices de desenvolvimento humano no Brasil. Maranhão (0,676), Alagoas (0,684), Amapá (0,688), Piauí e Pará (0,690 cada) registraram os piores resultados, enquanto o IDHM médio nacional foi de 0,766. A análise do IDHM Ajustado às Desigualdades (IDHMAD) revela que as disparidades são mais acentuadas nessas regiões, com o Maranhão sendo o estado com maior desigualdade, registrando uma perda de aproximadamente 27,1% no desenvolvimento humano. Além dos índices de IDH, o relatório evidencia que fatores econômicos, sociais e geográficos contribuem para um ecossistema informativo de baixa qualidade, especialmente em municípios do Nordeste e Norte, como Itaueira, no Piauí.

O Nordeste segue enfrentando desafios significativos no que diz respeito ao analfabetismo. A região apresenta a maior taxa do país, com 14,2% da população sem saber ler e escrever, o que equivale ao dobro da média nacional. No Brasil, 11,4 milhões de pessoas com 15 anos ou mais ainda não conseguem redigir uma carta simples, representando 7% da população nessa faixa etária. Além do analfabetismo tradicional, o Nordeste também lida com altas taxas de analfabetismo digital, o que limita o acesso da população a informações e oportunidades online.

Em 2023, cerca de 5,9 milhões de domicílios no Brasil ainda não tinham acesso à internet. Entre os principais motivos estão: nenhum morador sabia usar a internet (33,2%), serviço de acesso à internet caro (30,0%), falta de necessidade em acessar a Internet (23,4%), serviço de acesso à internet não estava disponível (4,7%), falta de tempo (1,4%), e preocupação com segurança (0,6%). A desigualdade social revela-se, portanto, uma questão preponderante, não só pela limitação de acesso, mas também pela escassez (ou total ausência) de letramento de determinadas populações para lidar com dispositivos e/ou conteúdos circulados no ambiente digital.

3. Itaueira: manual de checagem em um deserto de notícias

Diante do cenário apresentado ao longo deste artigo, o estudo aqui proposto se mostra, especialmente, relevante frente ao aumento de trabalhos acadêmicos sobre o fenômeno da desinformação local nos últimos anos. Todavia, a investigação também observa que há poucos estudos focados em desinformação local e desertos de notícias no Nordeste brasileiro. Realidade que não é propriamente uma novidade: afinal, deve-se levar em consideração que essa região, embora até o século XVII tenha sido a região mais rica do País, chegou ao século XX como a mais pobre e atrasada, devido ao domínio de determinados interesses políticos e sociais que priorizavam o Centro-Sul do Brasil (Aguiar, 2016a).

Parte-se da premissa, reiterada por vários autores, de que o processo de globalização do capitalismo não engolfou as realidades locais e regionais como se imaginava a princípio. Pelo contrário, despertou atenções para as pequenas e médias cidades, agora interconectadas pelas estradas digitais por onde trafegam informação e variadas formas de comunicação, e que representam também

acesso a um mercado de consumo antes marginalizado. Como consequência, observam-se sinais dispersos de um processo de “regionalização midiática” impulsionado pelas acirradas disputas entre empresas de mídia e de telecomunicações (Aguiar, 2016b, p. 13, grifo no original).

Conjuntura que se intensifica quando se considera, conforme Perez (2025), que a região Nordeste e seus nove estados (Piauí, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia) costumam sofrer com estereótipos e generalizações, ignorando as especificidades de suas culturas, economias e realidades a um só bloco hegemônico. Alguns afirmam que essa é uma forma de “simplificar” a complexidade de um País de dimensões continentais como o Brasil; porém, tal postura pode acabar apagando identidades e minimizando existências.

Essa mania de reduzir tudo a “Nordeste”, “interior” ou “periferia” não é apenas desconhecimento. É opressão regional disfarçada de conveniência. As regiões fora do eixo Sudeste são frequentemente tratadas como marginais, invisibilizadas ou reduzidas a blocos homogêneos, como se fossem territórios de menor relevância. Essa lógica não é nova. Ela se construiu historicamente para reforçar dominações seculares, para perpetuar uma hierarquia onde alguns estados são vistos como centros de poder e outros apenas “o resto” (Perez, 2025, s.p., grifo no original).

Nessa perspectiva, este artigo busca trazer a notoriedade do ambiente escolar piauiense, mais especificamente da cidade de Itauera, diante do fenômeno contemporâneo desinformativo, pois as pesquisadoras deste trabalho compreendem que a desinformação local não se combate apenas com produção e distribuição de notícias para as comunidades, mas também com letramento midiático, a partir das escolas, incluindo os corpos docente e discente.

Conforme Castilho (2021), entre as diversas possibilidades de abordagem dos estudos sobre a informação (como sociologia, semiótica, antropologia, ciências da cognição etc.), os jornalistas são, provavelmente e por experiência própria, os que mais sabem como um acontecimento pode atrair a atenção do público. Hoje, diante da avalanche informacional gerada, sobretudo, pelas potencialidades digitais, esses profissionais precisam atuar como curadores dos conteúdos para as comunidades, especialmente no atual modelo participativo, em que os indivíduos podem atuar na produção e circulação de informações distintas.

Itaueira está localizada na Mesorregião do Sul Piauiense e na Microrregião de Floriano, a aproximadamente 344 km da capital do estado. O município é administrado pelo prefeito Osmundo Andrade (MDB), reeleito nas eleições municipais de 2024. No que diz respeito à educação, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2021 registrou um percentual estadual de 5,9, enquanto o índice municipal foi de 5,4. O Indicador de Rendimento (P) de aprovação dos alunos do CETI Monsenhor Uchôa em Itaueira apresentou um percentual de 0,93. Comparando com os dados mais recentes, o IDEB do estado do Piauí em 2023 foi de 6,1, superior à média nacional de 5,5. Esses números refletem o desempenho educacional da região e indicam desafios e avanços na qualidade do ensino.

Diante desses dados, a presente pesquisa optou pelo município de Itaueira, no Piauí, devido à receptividade dos professores locais, que se dispuseram a receber o *Manual Arriégua* da COAR Notícias em formato impresso (Alencar; Silva, 2024). Esse material, desenvolvido com linguagem regional, tem o propósito de alcançar um público mais amplo no Nordeste, garantindo que os leitores se identifiquem com sua identidade e cultura (Alencar, 2024).

O *Manual Arriégua* ganhou repercussão em diversas escolas e universidades do país, tornando-se uma referência no combate à desinformação. Além disso, inspirou a campanha do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de 2024, que adotou a linguagem regional para se aproximar do eleitorado em diferentes regiões (TSE, 2024).

Com base no *Manual Arriégua*, impresso e enviado à escola, foi aplicado um formulário de avaliação do material. No entanto, em outras cidades, a adesão dos professores à divulgação do estudo foi limitada. Um exemplo disso foi o município de João Lisboa, no Maranhão, que recebeu o manual, mas contou com apenas três respondentes, um número insuficiente para avaliar o impacto do material no ambiente acadêmico.

Optou-se pelo formato de entrevista fechada (questionário), pois, segundo Minayo (1994), essa metodologia é adequada para a obtenção de dados primários e secundários, além de contribuir para uma compreensão mais ampla das perspectivas dos participantes sobre suas vidas e experiências. Lakatos e Marconi (2003) reforçam que o questionário estruturado é um procedimento essencial na investigação social, auxiliando tanto na coleta de dados quanto no

diagnóstico de problemas sociais. O questionário aplicado continha as seguintes cinco perguntas conforme foi detalhada na Tabela 1.

Tabela 1 – Perguntas aplicadas no CETI Monsenhor Uchôa

	Perguntas	Respostas
1	Idade?	12 a 18 anos 19 a 26 anos 27 a 37 anos 38 a 49 anos 50 a 60 anos 60 ou mais
2	Você é?	Estudante Professor
3	Você tinha conhecimento de como funcionava o processo de checagem jornalística?	Sim Mais ou menos Não, nunca
4	O que achou do Manual Arriégua?	(Pergunta aberta)
5	O que você mais aprendeu com o Manual da COAR Notícias?	Aprendi técnicas de checagem rápidas e simples Aprendi como verificar uma informação que circula em grupos de WhatsApp da minha cidade Aprendi como verificar um texto manipulado ou produzido por Inteligência Artificial

Fonte: Elaborado pelas autoras.

O formulário foi distribuído via WhatsApp para alunos e professores do CETI Monsenhor Uchôa, em Itaqueira. Foram obtidas 53 respostas, sendo duas de docentes e 46 de discentes. No entanto, cinco entrevistas não foram contabilizadas, pois os participantes informaram não ter tido acesso à versão impressa do *Manual Arriégua*.

Os dois professores que responderam ao questionário têm entre 38 e 49 anos, enquanto os estudantes do CETI possuem entre 12 e 18 anos. Quando questionados sobre o conhecimento do processo de checagem jornalística, os resultados foram os seguintes: 21 (vinte e um) afirmaram que não tinham conhecimento sobre o tema; 23 (vinte e três) responderam que possuíam um entendimento parcial; e 4 disseram que conheciam o processo. Esses dados evidenciam a falta de letramento midiático na comunidade escolar, um reflexo da baixa

cobertura jornalística local. Embora a maior parte dos moradores tenha acesso à internet, rádio e televisão, muitos não possuem conhecimento suficiente para compreender a produção e verificação das notícias. Sobre a percepção dos respondentes em relação ao *Manual Arriégua*, a maioria considerou o material bom, interessante e necessário. Entre as respostas avaliadas como mais positivas, destacam-se: 1) Um manual bastante interessante, com uma linguagem acessível e esclarecedora; 2) Bem legal e importante para a diminuição da circulação de deep fakes na internet; 3) Achei interessante, abordou assuntos importantes para o conhecimento geral; e 4) Acho o manual Arriégua inspirador, pois valoriza a cultura nordestina e incentiva a superação com criatividade.

Com relação à pergunta: O que você mais aprendeu com o *Manual* da COAR Notícias?, os professores e alunos marcaram as seguintes opções: Aprendi como verificar um texto manipulado ou produzido por Inteligência Artificial (14); Aprendi técnicas de checagem rápidas e simples (24) e Aprendi como verificar uma informação que circula em grupos de WhatsApp da minha cidade (10). Os resultados do questionário indicam que os 48 respondentes que tiveram acesso ao *Manual Arriégua* não apenas compreenderam melhor o conceito de checagem, mas também demonstraram ter aprendido técnicas e ferramentas acessíveis para verificar informações, incluindo acontecimentos locais.

Figura 3 - Página 5 do Manual Arriégua, que ensina a identificar uma deep fake



Fonte: Coar Notícias, 2024².

Apesar de manuais como o *Arriégua* serem considerados de relevância para a comunidade local, principalmente em desertos de notícias, um estudo de Torre e Jerónimo (2023) aponta que conteúdos produzidos por membros das comunidades são facilmente acessados pelo telefone celular, o que acaba comprometendo a sua verificação e abrindo espaço para a disseminação de desinformação em um nível local.

O impacto da mobilidade digital na forma como os conteúdos são produzidos e consumidos é inegável. O celular e as redes sociais digitais tornaram-se os principais meios de acesso à informação devido à sua praticidade e diversidade de recursos (Gifreu Castells, 2013; Oliveira; Jorge, 2015). No entanto, em um cenário de intensa desinformação, essa apropriação do digital nem sempre garante uma compreensão mais ampla e crítica dos conteúdos acessados.

Nesse contexto, a maioria dos estudos tende a ignorar a desinformação em nível local, embora pesquisas recentes apontem uma relação entre o declínio do jornalismo local e o crescimento da desinformação nas comunidades (Jerónimo; Sánchez; Esparza, 2022). Um estudo exploratório realizado em Portugal e Espanha destaca que a redução da cobertura jornalística local pode levar ao aumento da polarização e à diminuição da participação cívica, enfraquecendo a democracia. Diante disso, é essencial considerar as contribuições do jornalismo local para o fortalecimento democrático, especialmente na cobertura de acontecimentos que impactam diretamente as comunidades. Se quiser aprofundar mais esse tema, posso trazer outros estudos relevantes!

O processo de globalização no mundo não sobrepujou as realidades locais como alguns estudiosos chegaram a apontar. Todavia, despertou interesse e atenção para as pequenas e médias cidades. Além disso, a proximidade é o principal caráter distintivo do jornalismo local e regional, dentro de condições de produção e consumo que têm variáveis sociais, econômicas, políticas e culturais (Aguiar, 2016). Essa proximidade também é parte da relação dessas comunidades com o digital. “Estar mais perto permite ver os acontecimentos com ‘outros olhos’,

² Arriégua: Manual de Checagem Nordestina. Disponível em: <https://coarnoticias.com.br/wp-content/uploads/2024/08/Arriégua-Oi-as-fake-news-manual-de-checagem-nordestina-1-1.pdf>. Acesso em: 16 out. 2024.

mas não necessariamente com mais nitidez, dependendo do conhecimento e/ou envolvimento do jornalista ou do relacionamento do veículo com os lugares [...]” (Aguiar, 2014, p. 56).

Nielsen (2015) também aponta a relevância do jornalismo local por compreender seu papel em equipar as pessoas a se tornarem cidadãs ativas em uma democracia, destacando a importância de entender os ambientes de informação política em que as pessoas vivem localmente. Nesse sentido, Sullivan (2020) ressalta o quanto o jornalismo local é fundamental para o engajamento cívico, embora note o declínio das notícias locais em diversos territórios e a disseminação de desinformação na internet. A pesquisadora ressalta o quanto algumas das fontes de notícias mais confiáveis — fontes locais, especialmente jornais locais — estão desaparecendo e afetando a capacidade dos cidadãos de ter um senso comum da realidade e dos fatos, a própria base da autogovernança. A partir desse ponto de observação, aponta-se uma solução plausível para combater a desinformação local, que é o letramento midiático por meio da linguagem regional, que representa também a força do jornalismo de proximidade.

Camponez (2002) reforça que a noção de proximidade se constitui como um quadro de referências fundamentais para conseguir ler o mundo e construir o presente, principalmente a identidade da comunidade. Outro ponto que Camponez (2002) destaca é que a proximidade não é apenas um critério de noticiabilidade (Traquina, 2005), mas também um valor que permite compreender que acontecimentos que nos são mais próximos são melhores compreendidos, pelo que também proporcionam melhores conhecimentos sobre fatos históricos, políticos e econômicos que ocorrem localmente.

Considerações finais

Ao longo do presente artigo, tentamos evidenciar que o Piauí é um dos estados brasileiros que melhor representa um cenário contemporâneo desafiador para a inclusão digital e para o combate à desinformação e aos desertos de notícias. Este trabalho também emerge de uma conjuntura marcada pelo crescente interesse por estudos sobre o localismo, que Jerónimo e Correia (2020) intitulam de retorno ao local, no campo dos estudos sobre o jornalismo. Além disso, Mota (2023) aponta que o fenômeno da redução de meios de comunicação locais nos

territórios — e consequente erosão da influência do jornalismo de proximidade — tem sido registrado pela literatura, com particular ênfase nos últimos 15 anos. “O crescente interesse da academia pelo jornalismo local dos últimos anos revela como este se tem tornado um empolgante campo de estudos — também ele com questões e desafios” (Mota, 2023, p. 2).

Portanto, a pesquisa aqui empreendida propõe uma reflexão sobre a crise do jornalismo em âmbito local e a ascensão da desinformação em comunidades distantes dos grandes centros urbanos ou metrópoles, a exemplo de Itaueira no Piauí. Além da questão do letramento midiático como uma das soluções para sanar o problema de checagem local em um deserto de notícias, é perceptível que, dentro os diversos contextos nacionais, o Nordeste enfrenta dilemas diversos, que ultrapassam a falta de cobertura jornalística, como as altas taxas de analfabetismo e os problemas de conexão à internet em domicílios da zona rural, demonstrando que nesta região há a presença efetiva dos excluídos digitais. “Faz-se necessário, portanto, educar as pessoas a fim de que estas se apropriem das novas mídias, por meio do desenvolvimento de competências que lhes possibilitem *atuar com autonomia no mundo digital*. E segue afirmando “Essa autonomia é de fundamental importância para o próprio exercício da dignidade humana (Gomes, 2023, p. 343, grifos nossos).

Soma-se a isso a dificuldade de interlocução entre os profissionais e acadêmicos do Jornalismo e as escolas. Aqui, por exemplo, contamos com a disponibilidade dos docentes do CETI Monsenhor Uchôa; porém, esperamos que, futuramente, consigamos ampliar nosso corpus, até porque os questionários são digitais e podem ser aplicados à distância, embora o material tenha sido entregue em formato impresso. A perspectiva é ampliar este estudo e a distribuição do *Manual Arriégua*, estabelecendo parcerias que nos ofereçam um panorama sobre maneiras possíveis e adequadas para o combate à desinformação nos desertos de notícias. Em acordo com Perez (2025), “Fica o convite: conheça o Brasil de verdade. Vá além dos rótulos e estereótipos. (...) Abrir-se para essa diversidade não é apenas uma questão de respeito, mas um ato político, um passo para construir um país menos hierárquico e mais justo em sua representação”. E continua “[...] O reconhecimento da identidade de um espaço e de quem o habita é um gesto de respeito e, mais do que isso, um caminho para a construção de um Brasil que se compreende de forma mais justa e plural” (Perez, 2025, s.p.).

Para cumprir essa missão, é essencial envolver a Universidade, especialmente por meio de projetos de pesquisa aplicada e extensão, que possibilitem a troca de conhecimentos, saberes e recursos entre acadêmicos e a comunidade. Dessa forma, torna-se indispensável ampliar os estudos em ambientes escolares, com o objetivo de compreender a percepção de alunos e professores sobre a práxis jornalística e seus desafios diante do fenômeno da desinformação local.

Dessa forma, a pesquisa alcançou seu objetivo ao analisar como o *Manual Arriégua* contribuiu para uma melhor compreensão do processo jornalístico, especialmente nas etapas de fact-checking. Os resultados indicam que o material desempenhou um papel relevante no letramento midiático da comunidade escolar investigada, promovendo uma percepção mais crítica da informação. No entanto, é fundamental que novos estudos sejam conduzidos futuramente para avaliar os impactos dessa iniciativa a longo prazo, especialmente após a aplicação dos questionários. Além disso, será essencial investigar como outras comunidades, como assentamentos, favelas e áreas periféricas, consomem o material e interagem com seu conteúdo. Expandir esse estudo para mais cidades classificadas como desertos de notícia, tanto no Piauí quanto em outros estados do Nordeste, poderá oferecer um panorama mais abrangente sobre os desafios enfrentados pelo acesso à informação e o potencial do letramento midiático para transformar esse cenário.

Referências

AGUIAR, Sônia. A experiência do Pool de Jornais do Nordeste e a agenda do desenvolvimento regional frente à reforma do Estado. In: Dourado, J.L.; Lopes, D.M.M.S. & Marques, R.S. (Orgs.). *Economia Política do Jornalismo: Tendências, perspectivas e desenvolvimento regional*. Teresina: EDUFPI, p.407-451, 2016a.

AGUIAR, Sônia. *Territórios do jornalismo: geografia da mídia local e regional no Brasil*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro, Editora PUC-Rio, 2016b.

ALENCAR, Marta Thaís; SILVA, Thiago. *Arriégua! Ói as fake news: manual de checagem nordestina*. Disponível em: <https://coarnoticias.com.br/manuais-regionais/>. Acesso em: 17 fev. 2024.

ALENCAR, Marta. *Manual da Coar Notícias educa o público sobre desinformação com a ajuda de expressões nordestinas*. Ajour, [s.d.]. Disponível em: <https://ajor.org.br/manual-da-coar-noticias-educa-o-publico-sobre-desinformacao-com-a-ajuda-de-expressoes-nordestinas/>. Acesso em: 29 maio 2025.

ALENCAR, Marta Thaís; AQUINO, Maria Clara. Desertos de notícias no Nordeste: discurso de ódio e desinformação sobre a Transposição do Rio São Francisco no TikTok. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 46., 2023, Belo Horizonte. *Anais [...]*. São Paulo: Intercom, 2023. Disponível em:

https://sistemas.intercom.org.br/pdf/link_aceite/nacional/11/0802202322404264cb059a832c5.pdf. Acesso em: 29 maio 2025.

BARBOSA FILHO, André; CASTRO, Cosette. A inclusão digital como forma de inclusão social. In: BARBOSA FILHO, André et al (Orgs.). *Mídias digitais: convergência tecnológica e inclusão social*. São Paulo: Paulinas, 2005. p. 273-293.

BENKLER, Yochai; FARIS, Robert; ROBERTS, Hal. *Network propaganda: manipulation, disinformation, and radicalization in American politics*. Oxford University Press, 2018.

BENNETT, W. Lance; LIVINGSTON, Steven. The disinformation order: Disruptive communication and the decline of democratic institutions. *European journal of communication*. v. 33, n. 2, p.122-139, 2018.

BRIGGS, Mark. *Journalism next: a practical guide to digital reporting and publishing*. 2 a Ed. EUA: Sage, 2013.

CAMPONEZ, Carlos. *Jornalismo de proximidade: rituais de comunicação na imprensa regional*. Coimbra: Edições Minerva, 2002.

CASTILHO, Carlos. *O jornalista como curador e professor do público*. Observatório da Imprensa, 2021.

Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/objethos/o-jornalista-como-curador-e-professor-do-publico/>. Acesso em: 16 out. 2024.

CETIC.BR. *TIC Domicílios 2023*. Disponível em:

https://www.cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2023_coletiva_imprensa.pdf. Acesso em: 14 jun. 2024.

CETIC.br. *TIC DOMICÍLIOS Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros*. Disponível em:

https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20230825143720/tic_domicilios_2022_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 18 jun. 2024.

CORREIA, Mariama. *Desertos de notícias e as novas fronteiras do jornalismo no Nordeste*. Disponível em:

<https://www.atlas.jor.br/v6/desertos-de-noticias-e-as-novas-fronteiras-do-jornalismo-no-nordeste/>. Acesso em: 18 jun. 2024.

COUTINHO, Iluska M.; MOREIRA, Sônia; FRANCO, César. Desertos de notícias na produção científica brasileira: origem do conceito, contextos e aplicações no Brasil. *Revista Eptic*. v. 24. n. 2, maio/ago.2022, p. 65-79. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/epitic/article/view/15744>. Acesso em: 14 jan. 2024.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. *A crise do jornalismo tem solução?* Barueri - SP: Estação das Letras e Cores, 2019.

GIFREU CASTELLS, Arnau. *El documental interactiu com a nou gènere audiovisual: Estudi de l'aparició del nou gènere, aproximació a la seva definició i proposta de taxonomia i d'un model d'anàlisi a efectes d'avaluació, disseny i producció*. Tese (Doutorado) do Departamento de Comunicação da Universitat Pompeu Fabra. Barcelona, 2013.

GOMES, Camila Paula de Barros. A exclusão digital como forma de violação dos direitos humanos. *Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais - Dossiê: Diálogos Acadêmicos em Direitos Humanos*, v. 12, n. 4, p. 337-350, nov. 2023.

GRUSZYNSKI, Ana et al. Fact-checking e saúde: análise da seção 'Verdade ou Boato' de GaúchaZH. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Informação em Saúde*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, 2020, p. 51-71.

JENKINS, Henry. *Cultura da convergência*. Trad. Susana Alexandria. São Paulo: Aleph, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos da metodologia científica*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo; GÓMEZ, G. O. Síntese comparativa dos países Obitel em 2013. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo; GÓMEZ, G.O. (Coords.). *Observatório Ibero-Americano da Ficção Televisiva - OBITEL 2014*. Estratégias de produção transmídia na ficção televisiva. Porto Alegre: Sulina, pp. 23-86, 2014.

MINAYO, Maria Cecília (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NOCI, Javier Díaz. *Online News: narrative, hypertext and interactivity. An Analysis of International Media*. Tese de Cátedra. Universitat Pompeu Fabra, 2011.

OLIVEIRA, V. R.; JORGE, T. M. O jornalista atuante nas novas mídias móveis: o perfil do editor de conteúdo noticioso para plataformas tablets e smartphones. *Comunicação & Inovação, PPGCOM/USCS*. v. 16, n. 31. Maio-ago, pp. 113-129, 2015.

PEREZ, Olívia. Nordeste: região, identidade ou estereótipo? *Folha de S.Paulo*. Coluna Tendências e Debates. Disponível em: folha.com/tendencias. Acesso em: 15 maio. 2025.

PERUZZO, Maria Cicilia. Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. *Comunicação & Sociedade*, Brasil, v. 1, n. 38, 2005. Disponível em: <http://revistas.univerciencia.org/index.php/cs/umesp/article/view/196/154>. Acesso em: 30 jan. 2023.

PICAZIO, Joseph R. A. et al. A exclusão digital na sociedade da informação e o exercício da cidadania. *Revista Direito & Paz*, v. 1, n. 46, p. 215-233. 2023. Disponível em: <https://revista.unisal.br/lo/index.php/direitoepaz/article/view/1648/656>. Acesso em: 30 jun. 2023.

PROJOR. *Dados e estatísticas*. Disponível em: <https://www.atlas.jor.br/dados/app/>. Acesso em: 6 jan. 2024.

SALAVERRÍA, Ramón. Hipertexto periodístico: mito y realidad. In: MASIP, P. & JOSEP, R. (eds.). *La utopia digital en els mitjans de comunicació: dels discursos als fets. Un balanç*. Barcelona: Universitat Ramon Llull, pp.517-524, 2005.

SALAVERRÍA, Ramón. Multimedialidade: informar para cinco sentidos. In: Canavilhas, João (Org.). *Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença*. Covilhã: Livros LabCom, p. 25-51, 2014.

SAVAONI, Rodrigo. Brecha digital / Exclusão digital. In: AVORIO, André; SPYER, Juliano (Orgs.). *Para entender a internet*. 2015. p. 185-188. Disponível em: www.paraentender.com. Acesso em: 15 jan. 2017.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. A noção de exclusão digital diante das exigências de uma cibercidadania. In: HETKOWSKI, Tânia Maria (Org.). *Políticas Públicas & Inclusão Digital*. Salvador: EDUFBA, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/202/1/Políticas%20publicas%20e%20inclusao%20digital.pdf>. Acesso em: 28 maio 2025.

TRIBUNAL Superior Eleitoral. *Combate às mentiras: TSE e Aner unem-se a associações para criação de campanha informativa sobre as eleições*. Brasília: TSE, 2024. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Agosto/combate-as-mentiras-tse-e-aner-unem-se-a-associacoes-para-criacao-de-campanha-informativa-sobre-as-eleicoes>. Acesso em: 29 maio 2025.

TORRE, Luísa; JERÓNIMO, Pedro. Esfera pública e desinformação em contexto local. *Texto livre*, v. 16, maio 2023, p. 1-14. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/textolivres/article/view/41881/37301>. Acesso em: 25 fev. 2024.

VALENTINI, E. *Dalle gazzette all'iPad: il giornalismo al tempo dei tablet*. Itália: Mondadori Università, 2012.

WARDLE, Claire. *Guia essencial da First Draft para entender a desordem informacional*. First Draft. 2. ed. Janeiro 2020.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. *Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making*. Strasbourg: Council of Europe, 2017.

ZHOU, Xinyi; ZAFARANI, Reza. A survey of fake news: Fundamental theories, detection methods, and opportunities. *ACM Computing Surveys (CSUR)*, v. 53, n. 5, p.1-40, 2020.

Juliana Teixeira - Universidade Federal do Piauí – UFPI

Pós-doutora em em Comunicação. Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestrado em Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduada em Jornalismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora na Universidade Federal do Ceará (UFC).

E-mail: teixeira.juliana.rj@gmail.com

Cristiane Portela - Universidade Federal do Piauí – UFPI

Pós-Doutora em Comunicação, Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutora em Comunicação, Universidade Metodista de São Paulo (Umesp). Mestra em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Graduada em Comunicação Social, habilitação Jornalismo, Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professora da Universidade Federal do Piauí. Líder do Grupo de Pesquisa Jornalismo e Convergência Midiática.

E-mail: crisportela14@yahoo.com

Marta Alencar - Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos

Doutoranda em Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Mestra em Comunicação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Graduada em Comunicação Social pela Faculdade de Ciências da Saúde, Exatas e Jurídicas de Teresina. Membro da Comissão Editorial da Associação de Jornalistas de Educação (Jeduca).

E-mail: martaalencarpi@outlook.com